



SOCIEDADE / Decisão regimental adia pedido de urgência do projeto, que tem tudo para ser aprovado hoje. Expectativa é de que passe com apoio de mais de 300 deputados. Líderes liberam bancadas para decidirem como quiserem

PL que iguala aborto ao homicídio deve ir a voto

» HENRIQUE LESSA
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O projeto de lei que equipara o aborto ao homicídio deve ser votado e aprovado, hoje, na Câmara dos Deputados. A análise da urgência do PL 1.904/24 estava pautada para ontem, mas, por uma questão regimental, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), adiou a avaliação da matéria. A expectativa é de que o projeto seja aprovado por aproximadamente 300 votos favoráveis, uma vez que os líderes anunciaram a liberação das bancadas — ou seja, cada deputado está à vontade para decidir contra ou a favor do PL. O Palácio do Planalto não se posicionou sobre o tema.

Ante a possibilidade de ter sido votado ontem, entidades que apoiam e que condenam o projeto se manifestaram. Integrantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea) se reuniram, em frente à Câmara, em protesto contra o texto e a favor dos direitos reprodutivos. “No Brasil, a realidade das mulheres desde o dia em que nascem é de violência. E as meninas que são estupradas, por causa de toda desinformação espalhada no país, não têm acesso ao direito de conseguir interromper a

gravidez por estupro. É um des-serviço o que a bancada conservadora na Câmara faz às mulheres”, disse a secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Thaísa Magalhães, na manifestação.

Porém, dentro da Câmara, uma sessão solene no plenário homenageou o Movimento Pró-Vida do Brasil, que atua contra o aborto. No evento, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ex-ministra da Mulher e Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro, acusou os “defensores da vida” de estarem “sendo perseguidos e calados”. Segundo ela, o exemplo disso é que vem sendo investigada por defender o direito “à vida de um bebê”.

“Respondo a uma investigação por causa de um caso em São Mateus (ES), de uma menina que estava com uma gravidez de seis meses, por uma secretária do nosso ministério ter ido à cidade verificar o que estava acontecendo”, explicou.

A senadora se referia ao episódio de uma criança de 10 anos, grávida de 22 semanas, que se submeteu ao aborto legal por ter sido violentada por um tio. A ocorrência foi em 2020 e a menina se submeteu à cirurgia para interrupção da gravidez no Centro Integrado de Saúde Amauri

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Sessão na Câmara homenageou movimento anti-aborto no momento em que PL sobre o tema tramita na Casa

de Medeiros (Cisam), em Recife, que atende casos semelhantes.

O projeto — que vem sendo chamado de “PL do Estupro” — foi apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), em 17 de maio, em resposta a suspensão da norma, pelo Supremo

Tribunal Federal (STF), do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proíbe a assistolia fetal com 22 semanas, procedimento feito antes do aborto legal. O PL é criticado, também, por comprometer o acesso dentro da lei ao aborto em casos de gravidez infantil.

Plenário do STF

Em paralelo, o ministro Nunes Marques pediu destaque no julgamento do STF sobre a resolução do CFM. Isso significa que a votação — que estava 1 x 1 no plenário virtual — será

1 x 1

era o placar no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal que analisava decisão do Conselho Federal de Medicina proibindo a assistolia fetal com 22 semanas de gestação. Tema vai ao plenário físico

transferida para o plenário presencial da Corte. Mas ainda não há data para a análise do tema.

Uma vez definido que todos os magistrados terão de votar, é zerado o placar relacionado ao julgamento que vinha sendo realizado. Os ministros Alexandre de Moraes (relator) e André Mendonça, que tinham votado, terão de se manifestar novamente.

O pedido de destaque tende a atrasar o desfecho do processo e a expectativa é de que o julgamento fique para o próximo semestre — por causa da proximidade do recesso do Judiciário. Enquanto isso, vale a decisão individual de Alexandre de Moraes, que suspendeu os efeitos da resolução do CFM. (Com Agência Estado)

NOVO ENSINO MÉDIO

Jefferson Rudy/Agência Senado



Dorinha: carga horária menor que a sugerida pelo MEC para ensino médio

Análise de relatório é interrompida

» VITÓRIA TORRES*

A Comissão de Educação (CE) do Senado adiou, ontem, a votação do relatório da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) sobre o Novo Ensino Médio. O parecer elaborado pela parlamentar propõe mudanças na carga horária das disciplinas obrigatórias, que ainda não foram discutidas com o Ministério da Educação (MEC). Os senadores querem mais tempo para analisar a proposta, que deve ser votada na próxima semana.

O relatório da senadora estabelece uma nova estrutura para a carga horária do ensino médio — propõe 2.200 horas para

disciplinas obrigatórias da formação básica e 800 horas para o itinerário formativo. Porém, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados — e defendido pelo ministro da Educação, Camilo Santana — sugere 2.400 horas para as matérias básicas e 600 horas para as optativas.

A senadora incorporou sugestões do governo ao texto, como a inclusão do espanhol como disciplina obrigatória. Também incluiu a restrição da presença dos chamados “profissionais com notório saber” nos cursos técnicos — que somente seriam aceitos em situações excepcionais, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Educação

(CNE) e dos conselhos estaduais de Educação (CEEs).

De acordo com o relatório, a ampliação da carga horária teria a proporção de 70% para formação geral básica — que inclui disciplinas como matemática, português, artes e ciências, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — e de 30% para os itinerários formativos.

A expectativa é de que o relatório seja votado na próxima semana, uma vez que, a princípio, conta com o apoio dos senadores que compõem a Comissão de Educação. Caso o Senado aprove as alterações no texto aprovado pela Câmara, volta para reanálise dos deputados. A base governista

já trabalha com essa possibilidade, o que pode atrasar ainda mais a implementação do Novo Ensino Médio. A expectativa é de que as discussões com o Ministério da Educação, para tratar das alterações sugeridas pela senadora, ocorram esta semana.

Ao apresentar o relatório, a senadora sublinhou a formação inadequada, de alunos e professores, frequentemente oferecida por instituições de baixa qualidade. “Esse país não vai mudar a educação só com leis que não modificam essa estrutura”, criticou.

* Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi



ALEXANDRE GARCIA

O PRESIDENTE, QUE NÃO PODE USAR O ENGODO DA “CATÁSTROFE CLIMÁTICA”, PREFERE CULPAR SUAS LIDERANÇAS NO CONGRESSO E SEUS MINISTROS POR NÃO CONVERSAREM COM DEPUTADOS E SENADORES

Culpa da serpente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cancelou o escandaloso leilão de 263 mil toneladas de arroz, em que uma pequena mercearia de Macapá, a Queijo Minas, assumiu a importação de 147 mil toneladas e um fabricante de sorvete, de 20 mil toneladas. Com capital de R\$ 80 mil, a mercearia deveria dar de caução, esta semana, R\$ 36 milhões.

Lula foi o autor da ideia de importar um milhão de toneladas, interferindo no mercado, para baixar o preço, prejudicando os produtores gaúchos, afetados por três anos consecutivos de secas e a enchente deste ano. Eles

havam colhido mais de 7 milhões de toneladas nesta safra e com o arroz dos outros estados, principalmente Goiás, o Brasil tem arroz até para exportar.

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, gaúcho como os produtores prejudicados, deputado estadual por três legislaturas, criador e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Alimentação Saudável, lavou as mãos e não se insurgiu contra a compra. O autor da ideia desastrosa é Lula, mas a culpa foi do ex-ministro da Agricultura de Dilma Rousseff, Neri

Geller, secretário de Política Agrícola, que perdeu o cargo.

Está literalmente na nossa genética o pecado de transferir para os outros as nossas culpas. A primeira leitura da missa de domingo foi do *Livro do Gênesis*, em que Adão, para justificar-se por ter comido o fruto proibido, diz a Deus que foi Eva quem lhe ofereceu. Eva, por sua vez, põe a culpa na serpente, que acaba amaldiçoada. Racionais, o homem e a mulher, no início de tudo, no gênesis, põem na genética da humanidade o lavar de mãos com que depois Pilatos permite crucificar Jesus. A culpa é dos outros e, enfim, do irracional. Está no dia a dia e mais se evidencia na prática política.

Os prefeitos de Porto Alegre, que por anos não fizeram a

manutenção dos diques e comportas, são todos responsáveis pelas consequências da inundação. Mas assinaram uma nota denunciando o atual prefeito, Sebastião Melo. Os prefeitos nos municípios inundados, no Guaíba e no Taquari, que permitiram habite-se para edificações em bairros que ficaram embaixo d’água em 1941 e enchentes subsequentes, são todos responsáveis pelo desastre, assim como os vereadores que votaram em permissões para empreendimentos imobiliários em áreas de risco certo.

Mas fica mais fácil todos endossarem os ambientalistas, que culpam o irracional, a serpente, isto é, o clima, que é inimpugnável, diferentemente das autoridades irresponsáveis.

Derrubada de vetos

Aqui em Brasília, não há enchente do Lago Paranoá, mas estão sendo recorrentes as enxurradas de votos derrubando vetos do governo, como vão derrubar a mais recente medida provisória, que pretende tirar mais R\$ 29 bilhões dos pagadores de impostos. O presidente, que não pode usar o engodo da “catástrofe climática”, prefere culpar suas lideranças no Congresso e seus ministros por não conversarem com deputados e senadores, nem com os que empregam, produzem e pagam impostos.

As pesquisas de opinião mostram queda na aprovação do governo e alta na desaprovção, e o presidente culpa seus marqueteiros, encarregados da propaganda.

Adão e Eva precisam parar com isso. A culpa é da serpente, mas os expulsos do paraíso foram eles que transmitiram a genética aos descendentes. Jogamos lixo no chão, entupimos bueiros, mas a culpa é dos governos que não limpam. Criamos mosquito em casa, mas a culpa da dengue é da falta do fumacê. Pagamos propina, mas a culpa é dos políticos. Já imaginaram se todos cancelassem a transferência de culpa? “Não fui eu, foi o outro”. Os que estão mandando e desmandando foram eleitos por nós.

Assumamos a responsabilidade — ou a culpa — e tratemos de recusar o fruto proibido, que nos oferecem como delicioso, na campanha eleitoral. Depois não digam que foi a serpente que nos ensinou a comer abóbora com sabor de picanha.